

Ensaio sobre a(s) Juventude(s) e a(s) Adolescência(s)¹

Essay on Youth(s) and Adolescence(s)

Rita Cristina Santos²
UNIVALE

Resumo: O presente artigo objetiva apresentar uma revisão de literatura sobre as perspectivas de análise da adolescência e da juventude (pontos de referência e ruptura), desde a sua entrada na literatura comentada por Dolto (1990), aos escritos sobre o efebo pelos pioneiros da hebelogia, chegando até estudos mais recentes, como os de Yates (1995), Takiuti (1997), Ozella (2000, 2002, 2003), Abramo, Freitas e Sposito (2002), Kakhule (2003), entre outros. Acreditamos que o estudo dos múltiplos conceitos sobre a adolescência e a juventude seja de capital importância para caracterização, análise e discussão das diversas modalidades de práticas clínicas em prol dos sujeitos inscritos nesse ciclo de vida, de relevância nacional, nas agendas de saúde, educação e assistência social.

Palavras-chave: Juventude; adolescência; práticas clínicas.

Abstract: The present article aims to present a literature review on the prospects of analysis of adolescents and youth (points of reference and rupture), since its entry in the literature commented by Dolto (1990), the written on the efebo by pioneers of hebelogy, reaching up to more recent studies, such as those of Yates (1995), Takiuti (1997), Ozella (2000, 2002, 2003), Abramo, Freitas and Sposito (2002), Kakhule (2003), among others. We believe that the study of multiple concepts about adolescence and youth is of capital importance for characterization, analysis and discussion of the various modalities of clinical practices in favor of the subjects enrolled in this life cycle, of national relevance, on the agendas of health, education and social assistance.

Keywords: Youth; adolescence; clinical practice.

Introdução

Abramo, Freitas e Sposito (2002) tecem comentários sobre a retomada do tema juventude, ocorrida nos últimos anos após um período de latência, que se aglutina com interesses de diversos atores sociais, intelectuais, pesquisadores, educadores, governantes, entre outros. No entanto, inicialmente, deve-se considerar: o que é ser jovem? O que se entende por juventude? Onde começa e onde acaba?

Segundo Martins (2002), uma definição geralmente seguida pelos pesquisadores é a da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que faz a divisão da juventude em dois períodos: a adolescência e a juventude propriamente dita. Surge, portanto, novo

¹ O presente artigo é uma versão modificada de um dos capítulos de tese de doutorado defendida pela autora no IMS/UERJ.

² Psicóloga (UFRJ), Especialista em Psicologia Jurídica (UERJ), Mestre em Educação (PUC-RIO), Doutora em Saúde Coletiva (IMS/UERJ). Professora adjunta, pesquisadora - Programa de Mestrado em Gestão Integrada do Território – UNIVALE. E-mail: ritacris.prof@yahoo.com.br

questionamento (MARTINS, 2002): “o que é adolescência?”, sem, contudo, deixar de considerar as diversidades sociais, econômicas e culturais encobertas na categoria.

É fato, assim, segundo Dolto (1990), que conhecemos muito menos o adolescente do que a criança. Além disso, torna-se mister o entendimento sobre a realidade que encobre esse termo. A própria expressão ‘adolescente’, como expressão mediática, tende a isolar os indivíduos jovens em “passagem”, em “trânsito”, circunscrevendo-os a uma faixa etária.

Prossegue Dolto (1990) com a afirmação de que, além da limitação da expressão a uma pirâmide etária, deve-se com muito mais interesse buscar um consenso que abranja amplo e aberto debate e ignore as controvérsias e desentendimentos entre psicólogos, sociólogos e endócrino-neurologistas. Existem, assim, os que prolongam a infância até os 15 anos e situam a adolescência entre 14 e 18 anos, considerando-a simples transição para a idade adulta.

Segundo Martins (2002), adolescência seria, de acordo com parâmetros da OIT:

[...] o período que vai dos 15 aos 19 anos. Adotam-se os 15 anos como ponto inicial da adolescência porque se supõe que com essa idade o jovem terá alcançado um nível de escolaridade que lhe permite acesso ao mercado de trabalho. E o fato de adotarem os 19 anos como marco final dessa fase é influência dos ‘teen’ americanos (até *nineteen*, dezenove). Passa-se então para os 20 anos (*twenty* em inglês) e se inicia uma nova fase que se estende até os 24 anos (p.19-20).

E, para efeito da Lei 8069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente, de acordo com o Livro I, parte Geral, Título I: Das disposições preliminares – Art. 2º), “Considera-se criança, pessoa até 12 anos incompletos, e adolescente, aquele entre 12 e 18 anos de idade” (p.108).

Segundo Dolto (1990), alguns também definem adolescência, em termos de crescimento, como um período de desenvolvimento muscular e nervoso, prolongando-a, de forma tentadora, até os 20 anos. A autora lembra, ainda, que os sociólogos levam em consideração o fenômeno atual dos “adolescentes tardios” – estudantes demorados, que ainda vivem com os pais, apesar da maioridade; alguns “psi” reduzem tal fenômeno a um último capítulo da infância.

Dolto (1990) assume a posição de que a adolescência é uma fase de mutação, tão fundamental para o adolescente já formado, quanto o são para o recém-nascido o nascimento e os primeiros quinze dias de vida.

O nascimento é uma mutação que possibilita a passagem do feto à criança de peito e sua adaptação ao ar e à digestão. O adolescente, este, passa por uma mudança a respeito da qual não consegue falar e, para os adultos, ele é objeto de questionamento que, conforme os pais, é carregado de ansiedade ou cheio de indulgência. (...) O estado de adolescência prolonga-se segundo as projeções de que os jovens são alvo por parte dos adultos e de acordo com o que a sociedade lhe impõe, como limites de exploração (p.18).

Portanto, segundo Dolto (1990), não existe uma idade precisa que date esse estágio de desenvolvimento do indivíduo, mas sim uma agitação que o impulsiona para certa zona de turbulência. Cada um a vivencia, assim, segundo sua precocidade relativa ou, ao contrário, segundo seus adiamentos, de acordo com seu ritmo particular. E é nessa fase de crescimento, no estágio de puberdade, que um grande percurso aguarda cada um, antes de entrar na vida adulta, assumir responsabilidades de cidadão e participar, de alguma forma, da construção do futuro de sua sociedade.

Para Dolto (1990), contudo, todos terão de atravessar certo número de provas, superar obstáculos, resolver crises oriundas de seu íntimo ou produzidas pelas pressões do meio, as quais serão superadas, segundo a sensibilidade, a fragilidade ou a força de cada um. Serão menos favorecidos aqueles que, na partida, não conseguirem a ruptura que realiza a conquista de autonomia, e ainda aqueles que pisarem com bloqueios nesse terreno de instabilidades e de fendas – A Adolescência.

Ressalta Dolto (1990), no entanto, que todos precisarão “de sua vontade de viver, de toda a força de seu desejo de realizar para enfrentar essa morte para a infância” (p.14). Diante da multiplicidade de olhares, surge a questão: quando a palavra adolescente entrou na literatura?

Segundo Dolto (1990), esse fato ocorreu provavelmente sob a pena de Victor Hugo, que tinha o dom da palavra, com a definição de que a adolescência equivale a dois crepúsculos confundidos – o início de uma mulher e o fim de uma criança. Embora a autora não concorde com a afirmação de que o início de uma mulher represente um crepúsculo, para ela esse início é uma aurora, correspondente ao que Rousseau, no famoso texto de *Emílio*, chama de segundo nascimento do homem. “Ele tinha uma graça fugaz que marca a mais deliciosa das transições, a adolescência, os dois crepúsculos, o início de uma mulher com o fim de uma criança” (Vitor Hugo – Os Trabalhadores do Mar, in DOLTO, 1990, p.50).

De acordo com Perrot (1996), adolescência e juventude são conceitos que se precisam sob o ângulo biológico e moral que Jean-Jacques Rousseau delimitou, ao consagrar o livro IV de *Emílio* a essa crise de identidade sexual na puberdade e ao momento crítico que se deve prolongar para melhor dominá-la.

César (1999) também afirma, em sua dissertação de mestrado, que o conceito de adolescência surgiu pela primeira vez no século XIX, com a obra de Rousseau, *Emílio ou da Educação*, que associava ideias de revolução, paixão e primitividade à imagem do adolescente. Embora a palavra adolescente queimasse os lábios de Rousseau, este não a utilizou; em seu lugar, recorreu a perífrases: ‘crise’, ‘segundo nascimento’, como o próprio texto do seu quarto livro, citado por Dolto (1990) demonstra:

O Segundo Nascimento – Nascemos, por assim dizer, em duas etapas: uma para existir, outra para viver, uma para a espécie, outra para o sexo. Os que vêm a mulher como um homem imperfeito, sem dúvida estão errados, porém, a analogia externa está a favor deles. Até a idade núbil, as crianças dos dois sexos nada têm de aparente que as distinga: mesmo aspecto, mesmo rosto, mesma tez, mesma voz. Tudo é igual: as meninas são crianças, os rapazes são crianças; o mesmo nome serve para seres tão semelhantes. Os do sexo masculino aos quais se impede o desenvolvimento sexual posterior, conservam essa conformidade por toda

a vida; são sempre meninos grandes, e os do sexo feminino, ao não perderem essa conformidade, parecem, na melhor das hipóteses, jamais serem outra coisa. Mas, o homem, em geral, não foi feito para permanecer na infância. Sai dela no tempo prescrito pela natureza; e esse momento de crise, embora muito curto, tem influências duradouras. Como o bramido do mar precede de longe a tempestade, esta tormentosa revolução anuncia-se através de murmúrio das paixões nascentes; uma fermentação surda adverte sobre a proximidade do perigo. Uma mudança no humor, arrebatamentos freqüentes, uma contínua agitação de espírito tornam a criança quase indisciplinável. Ela fica surda à voz que a torna dócil; e um leão em sua febre; não reconhece seu guia, não quer mais ser governada. Aos indícios morais de um humor que se altera, juntam-se mudanças sensíveis na aparência. Sua fisionomia se desenvolve marca-se com um aspecto; a penugem rala e delicada que cresce sob suas faces escurece e toma consistência. Sua voz muda, ou melhor, perde-se: não é nem criança, nem homem e não consegue tomar os modos de nenhum dos dois. Seus olhos, esses órgãos da alma, que nada disseram até agora, encontram uma linguagem e expressão; um jogo nascente anima-os, seus olhares mais vivos ainda têm uma santa inocência, mas não têm mais sua primitiva imbecilidade: agora sente que eles podem falar muito, ele começa, a saber, baixá-los e corar; torna-se sensível antes de saber o que sente; fica inquieto sem motivo. Tudo isso pode acontecer lentamente e ainda lhe deixar tempo: mas se sua vivacidade se torna demasiado impaciente, se seu arrebatamento se transforma em furor, se ele se irrita e se intumescce de um momento para o outro, se derrama lágrimas sem motivo, se, próximo a objetos que começam a tornar-se perigoso para ele, sua pulsação aumenta e seu olhar se inflama, se a mão da mulher pousando sobre a sua o faz estremecer, se, se perturba ou se intimida parte dela [...]. É aqui o segundo nascimento de que falei; é aqui que o homem nasce verdadeiramente para a vida, e que nada de humano é estranho para ele. Até aqui nossas preocupações não passavam de jogos infantis, só agora elas adquirem verdadeira importância. (p.41-42).

Uma delicadeza artística pairava sobre a passagem da puberdade. Assim, parece que o termo adolescente é relativamente novo. Antes do século XX, a infância era prolongada ou entronizada brutalmente no jovem adulto.

De acordo com Dolto (1990), a representação do adolescente como personagem solitário, sonhador, infeliz ou gênio precoce constitui uma visão romântica. Mesmo antes do termo ‘adolescente’, tratava-se de uma criança oferecida pelos pais ao serviço de Deus, um herói sacrificado, na Antiguidade e na Idade Média. Dolto (1990) cita São Sebastião, além de Ifigênia na obra *Táurida*, para ilustrar seu pensamento. Reencontra-se, no caso da adolescência, o tema da morte fatal, com o primeiro amor condenado a fim trágico. Dante: Paolo e Francisca; Shakespeare: Romeu e Julieta. Essa visão romântica culmina em Paulo e Virginia. “O amor é impossível. Sem morrer para o que é, não pode transformar-se em nova vida. O casal de adolescentes toca o proibido”. (DOLTO, 1990, p.43)

A literatura alemã (DOLTO, 1990) também reservou importante espaço para os adolescentes, desde o século XVIII, através da velha tradição do Bildungsroman, romance de iniciação, romance de aprendizagem. Espaço explorado inicialmente por *Simplicissimus*, de Grimelshausen, publicado em 1668, e posteriormente em 1776, com o clássico do gênero – *Wilhelmmeister* – de Goethe, no qual o autor dedica largo espaço à observação dos sinais de transformação interior do ser humano após sua puberdade,

sem que, contudo, seja empregado o termo ‘adolescente’ nessas obras, nas quais pajens, escudeiros, aprendizes, estudantes eram considerados como crianças.

Nos romances, ou melhor, nos Bildungsroman, a amizade ocupava lugar primordial, superando o amor pela mulher. Tratava-se de uma espécie de afeição apaixonada, platônica, mas ambígua. O amor permanecia como um sentimento infantil não transformado. Hesitava, portanto, a sexualidade do adolescente entre a homossexualidade e a heterossexualidade. (DOLTO, 1990).

De acordo com Ariès (1981), como juventude significava força da idade, na Idade Média não havia lugar para a adolescência. Empregava-se indiferentemente a palavra *puer* e a palavra ‘adolescente’ no latim dos colégios, assim como também não existiam termos em francês para a distinção entre *pueri* e adolescentes. Apenas a palavra *enfant* (criança) era conhecida.

Já no final da Idade Média, o sentido da palavra *enfant* (criança) era particularmente lato, designando tanto o *putto* (no século XIV) como o adolescente, o menino-grande, ou um menino mal-educado. Nos séculos XIV e XV, essa palavra era ainda empregada, nos *Miracles de Notre-Dame*, como sinônimo de outras palavras como *valets, valeton, garçon, fils, beaufils*.

Até hoje, uma única palavra na língua francesa conservou essa antiga ambiguidade: *gars* (menino, rapaz ou homem), passando diretamente do francês antigo para a língua popular moderna.

O século XVII (ARIÈS, 1981) marcou uma evolução: nas classes sociais mais dependentes, conservou-se o antigo costume, e na burguesia encontrava-se a palavra ‘infância’ restrita ao seu sentido moderno. A indiferença sentida pelos fenômenos propriamente biológicos tinha como consequência a longa duração da infância. “Ninguém teria a ideia de limitar a infância pela puberdade” (p.42). Dependência, sinônimo de infância. Logo, “(...) só se saía da infância ao se sair da dependência, ou, ao menos, dos graus mais baixos da dependência” (p.42).

A ampliação do vocabulário da primeira infância não extinguiu a ambiguidade entre infância e adolescência. E muito menos entre adolescência e juventude. Somente no século XVIII, duas personagens, uma literária – *Querubim* –, e outra social – *Conscrito* – são apontadas por Ariès (1981) como aproximação da ideia atual de adolescência. A ambiguidade da puberdade prevalecia em *Querubim*, com ênfase sobre o lado efeminado de um menino que deixava a infância. Não teria sucessores. A força viril dos meninos exprimia a adolescência, prefigurada no século XVIII, pelo *Conscrito*.

Siegfried de Wagner é apontado por Ariès (1981) como o primeiro típico adolescente moderno. Sua música exprimiu a mistura de pureza (provisória), força física, naturismo, espontaneidade, alegria de viver, o herói do século XX – o século da adolescência. Só em torno dos anos 1900, o fenômeno – juventude-adolescência – surgido na Alemanha Wagneriana penetrou na França, tornando-se tema literário, mas também preocupação dos moralistas e políticos.

Período histórico, segundo Ariès (1981), no qual:

Começou-se a desejar saber seriamente o que pensava a juventude, e surgiram pesquisas sobre ela, como as de Massis ou de Henriot. A

juventude apareceu como depositária de valores novos, capazes de reavivar uma sociedade velha e esclerosada. Havia-se experimentado um sentimento semelhante no período romântico, mas sem uma referência tão precisa a uma classe de idade. Sobretudo, esse sentimento romântico se limitava à literatura e àqueles que a liam. Ao contrário, a consciência da juventude tornou-se um fenômeno geral e banal após a guerra de 1914, em que os combatentes da frente de batalha se opuseram em massa às velhas gerações da retaguarda (p.46, 47).

Assim, como um sentimento comum dos ex-combatentes, iniciou-se a consciência da juventude. Posteriormente, esse sentimento podia ser encontrado em todos os países beligerantes, como na América de Dos Passos. A infância foi, assim, empurrada para trás, e a maturidade para frente (ARIÈS, 1981).

Ressalto como de capital importância a afirmação de Ariès (1981), segundo a qual passamos de uma época sem adolescência a uma época em que a adolescência constitui a idade favorita; sua chegada é desejada ansiosamente, bem como sua longa permanência. É claro, respeitando-se sempre a dependência com as relações demográficas.

Enfim, segundo Ariès (1981), bem antes de nós psicólogos, os romancistas, de Goethe a Thomas Mann, analisaram as relações dos adolescentes com o tempo, o espaço, a verdade e o amor. O amor como idealização, sem consumação corpo-a-corpo; a amizade apaixonada por alguém, sem consideração da sexualidade; a confusa e angustiada relação com o tempo, defasado do tempo cotidiano e vivido como um tempo subjetivo; os rituais de iniciação em público, nas sociedades antigas, com o intuito de amenizar a ansiedade dos jovens, integrá-los na vida do grupo, e marcar o tempo de casar, partir para a guerra ou para a caça. É claro, tudo determinado por motivos econômicos, de estrutura ou sociais, os quais definiam a antecipação ou a postergação desses tempos.

A ruptura da visão dos romancistas e o sepultamento dos remanescentes do século XIX têm como marco histórico, para Dolto (1990), a Segunda Guerra Mundial. Se antes de 1939, a descrição da adolescência era baseada na crise subjetiva (revolta contra os pais e as opressões da sociedade – sonho de ser adulto para agir como eles), após 1950, a adolescência passa a ser encarada como um estado, de certa forma institucionalizado como experiência filosófica, mudança obrigatória de consciência. Assim,

Chegamos ao tema existencialista da descoberta do absurdo. De acordo com essa interpretação, a adolescência é um estado necessário de consciência moderna para descobrir o trágico da condição humana. Cada ser humano reconstituiria sem sabê-lo, o caminho dos filósofos, de modo mais intuitivo do que conceitual (DOLTO, 1990, p.50).

Questiono, então: mudaram os jovens porque mudaram os modelos? Condição *sine qua non* para estudar os conceitos de juventude e adolescência, segundo Martins (2002), é aceitar a premissa de que tais conceitos são mutáveis, assim como a própria história; esta última permite, na visão de Dolto (1990), a criação de novas formas de sobrevivência e novos modelos familiares, novas culturas, novas imagens de adultos tutelares e novos modelos de juventude, impostos aos jovens, pelo meio cultural.

Dolto (1990) propõe, ainda, os seguintes modelos de juventude da Idade Média até nossos dias:

IDADE MÉDIA	RENASCENÇA (SÉCULO XVIII)	SÉCULO XIX (1950)	1960-1980	FINAL DO SÉCULO XX
O tempo dos heróis	O tempo dos mestres	O tempo dos timoneiros	O tempo dos ídolos	Crepúsculo dos deuses
Identificação com a cavalaria	Sábios	Chefes de guerra	Astros efêbos	O grupo substituto do pai
Conquistadores	Grandes navegadores e exploradores	Defensores da liberdade	Chefes de bando	Grupos de faixa etária
Rituais de iniciação	Aprendizados	Fim dos aprendizados	Nem Deus nem mestres	Fim das ideologias
Conluio poder e mística	Oposição, poder e consciência	Fim da república dos professores	Retorno do narcisismo	Culto do ajustamento
Cruzados Mártires	Gênios	Revolucionários	Estetas e falsos profetas	Associações humanitárias. Grandes causas

(Fonte: DOLTO, 1990, p.52)

Passamos do tempo dos heróis, com a cavalaria iniciada e armada, ao tempo do crepúsculo dos deuses, que corresponde, segundo Dolto (1990), ao fim dos rituais de aprendizagem, anteriores à morte das ideologias. Ao mesmo tempo em que se implanta a instrução obrigatória e se desvaloriza a habilidade manual e a arte do domínio corporal com a instrução obrigatória, inicia-se a era dos ídolos. A máquina tritura os astros efêmeros, e não mais existem modelos de pessoas a serem seguidos ou rejeitados. “Mao e Che são logo tragados” (DOLTO, 1990, p. 53).

Estamos diante de uma nova forma de adoração: ver o que os ídolos fazem, sem o sonho de imitá-los, apenas de consumi-los de acordo com a variação do *hit-parade*. “Nem deuses nem mestres. É só dentro das seitas que os mais fracos encontrarão seu dominador” (DOLTO, 1990, p. 53).

Para Dolto (1990), tal fenômeno torna-se, portanto, um fenômeno coletivo. Assim, o simples fato de figurar no grupo de vanguarda transforma-se em critério de escolha. Despreza-se o contato direto entre leitores e mestres-pensadores, comum nos anos 1950 nas sessões de autógrafos, porém vendem-se centenas e milhares de exemplares pela TV (TV Shopping).

Contudo, aponta a autora, também se adicionam ao cenário, jovens preocupados com questões coletivas como solidariedade e antirracismo, organizados e reunidos em assembleias, com relativa sensibilidade dos direitos do homem. Só algo não mudou: a crença na amizade; quando esta é partida, não existe mais nada, uma vez que a vida se torna vivível justamente através dela. Da mesma forma que em todos os romances persiste a busca da amizade meio apaixonada por um semelhante, na vida real essa busca também ocorre, com maior ou menor êxito; mesmo nos casos de insucesso em tal procura, a amizade apaixonada continua sempre desejada.

Parafraseando Dolto (1990), talvez os que não encontraram essa amizade, que foram traídos uma ou duas vezes sejam os que mais se acham em risco, à deriva, que mais se lançam no coletivo, seja nos grupos em militância ativa, seja nos grupos em “recepção passiva: ouvir discos, fumar, beber ou drogar-se juntos com alguma coisa

que proporcione uma satisfação parcial” (DOLTO, 1990, p.55). O grupo pode ser, portanto, um substituto da confiança em si, como também um refúgio.

Hebelogia e Efebo

O americano Stanley Hall (1844/1924) é apontado por Grinder e Strickland (1968), Dolto (1990) e Ozella (2003) como um dos pioneiros a preconizar, no início do século XX, um estudo específico sobre a adolescência. Hall foi fundador da Associação Americana de Psicologia (American Psychological Association) e autor de aproximadamente 350 trabalhos, artigos e livros, inclusive um tratado sobre a Psicologia da Adolescência em dois volumes, em 1904.

Essa obra magna de Hall, nas palavras de Grinder e Strickland (1968), embora tenha representado um ponto de partida para o estudo dos fenômenos adolescentes, foi renunciada durante décadas pela grande maioria dos psicólogos dedicados ao assunto, sob alegação de ignorar as influências da cultura, conferindo grande importância às funções fisiológicas do desenvolvimento do adolescente; conceituar a adolescência como um período de agitação e tensão intensas, originadas de manifestações instintivas; e não considerar o crescimento do adolescente como um processo contínuo e gradual, mas sim repentino.

Hall destacou-se da maioria dos psicólogos do passado ou da atualidade (Grinder, Strickland, 1968) pela tentativa de aplicação da teoria de Charles Darwin – Evolução das Espécies – à Psicologia e Filosofia, com a sua teoria de recapitulação, que admite:

[...] que cada fase do crescimento humano representa um dos diferentes níveis dos primórdios da maturidade da espécie humana; desse modo, cada pessoa recapitula ou repete a história da espécie em seu desenvolvimento particular. Enquanto o efeito humano revela um estágio muito remoto de evolução, alguns comportamentos adultos representam os verdadeiros limites de um novo estágio (p. 20-21).

As críticas sofridas por Hall são, no entanto, imprudentes, na visão de Grinder e Strickland (1968), uma vez que os efeitos dos fatores culturais na infância e na adolescência não foram desconsiderados pelo autor. E embora Hall conferisse grande importância aos determinantes genéticos do comportamento por influência do darwinismo, também acreditava que o processo dos instintos recapitulatórios da adolescência cedesse lugar às influências culturais. Como demonstra o trecho extraído do livro de Hall, intitulado *Adolescence*, citado por Grinder e Strickland (1968):

As crianças pequenas crescem a despeito das grandes dificuldades, mas adolescência em fase avançada depende mais de condições favoráveis de ambiente, sendo que distúrbios deste processo provocam prontamente a fixação e impedem a maturidade. Todo o futuro da vida depende das condições favoráveis em que os novos poderes estão concedidos subitamente e em profusão são patrocinados e dirigidos. Não existe nada no ambiente ao qual a natureza adolescente não reaja vivamente. Os últimos processos atingidos são os menos ditados pela hereditariedade e os mais dependentes do esforço individual, ao qual a natureza empresta

sua colaboração somente pela propulsão, processos estes, sempre menos definidos se forem adquiridos tardiamente (p.29-30).

Ozella (2003) considera, no entanto, que desde o início do século XX, quando Hall identificou a adolescência como uma etapa marcada por tormentos e conturbações vinculadas à sexualidade – condição reforçada pelas leituras psicanalíticas –, tal concepção ficou impregnada na definição do conceito de ‘adolescentes’, presente em livros, teorias, na mídia, na população em geral, e até entre os próprios adolescentes.

O autor cita Margaret Mead e suas evidências, que questionaram a universalização dos conflitos e crises adolescentes, reafirmando as determinações históricas e culturais na constituição da adolescência. Considera, portanto, que se fazem necessárias a superação das visões naturalizantes presentes na Psicologia e a compreensão da adolescência como um processo de construção sob condições histórico-culturais-sociais específicas.

No entanto, Grinder e Strickland (1968) apresentam posição teórica contraditória. Não só Margaret Mead, com sua obra *Coming of age in Samoa* – publicada originalmente em 1928 –, mas também outros psicólogos e antropólogos são citados pelos autores como representantes da corrente teórica que afirma serem as tensões adolescentes resultantes de pressões culturais. Para Grinder e Strickland (1968), um julgamento correto da obra de Hall vai revelar que este, antecedendo-se ao pensamento contemporâneo, conceitua a adolescência como período de grande agitação e tensão, e constata, mesmo nos aspectos biológicos do comportamento, a permeabilidade da adolescência às influências das pressões ambientais.

Assim, no diálogo com Hall, Grinder e Strickland (1968) afirmam que:

O grande influxo do vigor muscular que se desenvolve durante os anos adolescentes parece constituir uma quantidade muito plástica. (...) os males da vida da cidade, do moderno industrialismo e da mistura em atividade com uma rapidez que é quase explosiva. (...) A nossa grande e complexa organização comercial, que já há muito ultrapassou a compensação dos economistas profissionais, absorve cada vez mais e prematuramente os melhores talentos e músculos da juventude. (...) embora estejamos paulatinamente nos esquecendo que (...) a juventude precisa de repouso (p. 33).

Kahhale (2003) cita alguns estudos que apresentam diferentes configurações da adolescência no Brasil, de acordo com a classe social (DESSER,1993); classe social e gênero (MEURANO,1983; PAIVA,1986) – nos quais se evidencia a importância do trabalho com questões decorrentes dos processos de maturação fisiológica e da dinâmica sociocultural, tais como: a aprendizagem sobre formas de lidar com o corpo em transformação; a aprendizagem sobre a escolha do papel sexual e o início da atividade sexual-afetiva, bem como fatores decorrentes (concepção, maternidade, paternidade, cuidados com a própria saúde; integração da identidade no processo de cidadania-profissionalização).

Abordagem Psicodinâmica – Leituras Psicanalíticas

De acordo com Winnicott (1980), há nas teorias psicanalíticas um nível de concordância considerável em relação à definição geral da adolescência em termos de desenvolvimento emocional dos indivíduos: rapazes e moças nessa faixa etária lidam com suas mudanças puberais, chegam ao desenvolvimento total de suas capacidades sexuais e manifestações sexuais secundárias ligadas a uma história passada, incluindo-se, também, um padrão pessoal de organização de defesas contra a ansiedade de vários tipos.

São encontradas, além disso, certas características e tendências herdadas e adquiridas, fixações em tipos pré-genitais de experiência instintiva, resíduos de dependências infantis e da primitividade infantil, provenientes das experiências dos primeiros meses de vida e da infância de cada adolescente. Existe, ainda, todo tipo de padrões de doenças associadas a fracassos de amadurecimento nos níveis edípianos e pré-edípianos. Assim, meninos e meninas alcançam a puberdade com todos os padrões predeterminados, em virtude das experiências iniciais da infância, embora existam elementos inconscientes, desconhecidos porque ainda não experienciadas³

Winnicott (1980) considera possível reunir as necessidades que os adolescentes manifestam. São estas: solução falsa; sentir-se real ou tolerar não sentir absolutamente nada; desejar um meio confiável que permita afrontar a dependência; afrontar repetidamente a sociedade, de modo que o antagonismo desta se torne manifesto e possa ser respondido com igual antagonismo.

Afirma ainda que o adolescente apresenta características que despontam na própria adolescência normal-saudável, embora também sejam notadas em vários tipos de doentes, ou seja, características que constituem padrões doentios em outras fases do desenvolvimento humano. São elas: necessidade de evitar soluções falsas que correspondem à inabilidade do paciente psicótico de comprometer-se; desilusões e o ato de enganar a si próprio, que pode ser comparado com a ambivalência psiconeurótica; necessidade de sentir-se real ou de não sentir absolutamente nada, que pode estar relacionada à depressão psicótica com despersonalização; e ainda necessidade de desafiar, que corresponde à tendência antissocial presente na delinquência. Conclui Winnicott (1980) então que:

³ “Complexo de Édipo – Conjunto organizado de desejos amorosos e hostis que a criança experimenta relativamente aos pais. Sob a sua chamada forma positiva, o complexo apresenta-se como na história de Édipo-Rei: desejo de morte do rival, que é a personagem do mesmo sexo, e desejo sexual da personagem do sexo oposto. Sob a sua forma negativa, apresenta-se inversamente: amor pelo progenitor do mesmo sexo e ódio ciumento ao progenitor do sexo oposto. Na realidade, estas duas formas encontram-se em graus diversos na chamada forma completa do complexo de Édipo. Segundo Freud, o Complexo de Édipo é vivido no seu período máximo entre os três e os cinco anos, durante a fase fálica; seu declínio marca a entrada no período de latência (fases do desenvolvimento emocional). Conhece na puberdade uma revivescência, e é superado com maior ou menor êxito num tipo especial de escolha de objeto. O complexo de Édipo desempenha papel fundamental na estruturação da personalidade e na orientação do desejo humano. (...) A antropologia psicanalítica procura reencontrar a estrutura triangular do complexo de Édipo, afirmando sua universalidade nas culturas mais diversas, e não apenas naquelas em que predomina a família conjugal” (LAPLANCHE E PONTALIS, 1983, p.116).

[...] em um grupo de adolescentes, as várias tendências estão sujeitas a ser representadas pelos membros mais doentes do grupo. Por exemplo, um membro do grupo toma uma overdose de uma droga, um outro fica deitado na cama com depressão, um outro está à solta com um canivete. Em cada caso, o agregado de seres isolados agrupa-se por detrás do indivíduo doente, cujo sintoma extremo foi imposto à sociedade. Além disso, para a maioria dos indivíduos que estão envolvidos não há energia suficiente atrás da tendência existente para fazer o sintoma se manifestar inconvenientemente e produzir a reação social (p. 105).

Yates (1995), chefe do serviço de psiquiatria infantil da Universidade do Arizona – Escola de Medicina – ECA, também caracteriza a adolescência de acordo com a teoria psicanalítica, como um período no qual os jovens regridem para reviver o Complexo de Édipo. Contudo, observa que, apesar da regressão inicial dos adolescentes e de suas inúmeras preocupações sexuais, a grande maioria não atinge um nível de perturbação que possa ser qualificado como turbilhão da adolescência. Fato comprovado pelo autor através de vários estudos com adolescentes normais (Offer e Offer, 1975; Rutter *et al*, 1976), realizados nos anos 1960 e 1970, os quais não indicaram qualquer psicopatologia significativa durante os anos da adolescência, embora todos os adolescentes pesquisados desobedecessem às regras e criassem atritos com os respectivos pais durante o período da puberdade.

Segundo Offer e Boxer (1995), o termo ‘turbilhão adolescente’ tem sido utilizado livremente por profissionais de saúde mental, tanto para a descrição de adolescentes perturbados quanto para a descrição dos processos de desenvolvimento normal. Suas pesquisas – assim como as de outros colaboradores já citados por Yates (1985), nas quais foi examinado o desenvolvimento normal de adolescentes americanos e de outras nacionalidades – comprovaram que tais adolescentes se retratam de forma que lembra muito pouco os “jovens angustiados, rebeldes e turbulentos descritos originalmente por Hall (1904), Anna Freud (1946) e outros teóricos psicanalíticos” (p.284).

Concluem Offer e Boxer (1995) que, de modo geral, todos aqueles que têm estudado amostras representativas de adolescentes normais encontram resultados que demonstram a habilidade destes últimos em administrar os conflitos, e registram uma transição tranquila para a idade adulta, em maior intensidade do que o oposto.

Outras leituras – A adolescência como crise

Erik Hambúrguer Erikson nasceu, em 1902, em Karlsruhe, na Alemanha. Psicanalista⁴, dedicou-se à psicanálise da criança e às investigações sobre a adolescência nos mais diversos contextos sociais e culturais. Ao fim desse período emigrou para os EUA. Na visão de Ozella (2003), Erikson é o grande responsável pela institucionalização da adolescência como uma fase especial do desenvolvimento do conceito de moratória⁵, e pela identificação dessa fase com a confusão de papéis e as dificuldades no estabelecimento de uma identidade própria.

⁴ Pertenceu ao grupo de Freud, em Viena; de 1927 a 1933 (ERIKSON, 1976).

⁵ “O moratório é em geral um estágio característico do adolescente inicial. Caracteriza-se por estar dentro da crise, mas os engajamentos ainda não estão efetuados. Por exemplo, já diz o que pretende estudar, mas fica indeciso ou muda de opinião diante de outras perspectivas atraentes. Rompe com o tabu da

Rappaport, Fiori e Davis (1982) caracterizam como peculiar o trabalho de Erikson, que parte da evolução da libido, descrita por Freud, porém socializa as etapas dessa evolução, fazendo a correspondência entre cada uma delas e as aquisições que o indivíduo deve realizar na sua relação com o mundo. Cada etapa de aquisição é definida como crise psicossocial⁶. Explicam então os autores que:

A Psicanálise tem tido a preocupação de estudar as raízes da patologia, emergindo como produto paralelo à construção de aquisições, postura absolutamente normal, tendo em vista que o conhecimento psicanalítico tem evoluído basicamente através da experiência clínica. Erikson, embora oriundo da experiência clínica, tenta organizar ou operacionalizar as aquisições básicas feitas a cada etapa do desenvolvimento; aquisições que bem ou mal elaboradas, são cobradas na interação com o mundo em cada período específico (p.19).

Nos apontamentos do próprio Erikson (1976), entre os originais datados das décadas de 1940, 1950 e 1960, encontramos importantes subsídios para melhor compreensão de seus conceitos de identidade e de sua caracterização da adolescência. Segundo o autor, recapitular o conceito de identidade significa esboçar-lhe a história, uma vez que seu emprego popular tornou-se tão variado. Aliás, para Erikson (1976), não só ‘identidade’ como ‘crise de identidade’ tornaram-se, no uso popular e científico, termos que circunscrevem alternadamente algo tão vasto e, à primeira vista, tão óbvio.

Para ilustrar sua crítica ao uso popular do termo, Erikson (1976) cita manchetes de jornais que se utilizam do conceito: “A crise de identidade da África”, “A crise de identidade da indústria de Pittsburg”, entre outras. As aspas são importantes para Erikson (1976), porque:

[...] todo o mundo ouviu falar de ‘crise de identidade’ e a expressão suscita um misto de curiosidade, regozijo e desconsolo que, entretanto, pelo próprio jogo em torno da palavra “crise”, promete não resultar em algo tão fatal quanto soa. Por outras palavras, um termo sugestivo começou se prestando a um uso ritualizado (p.14).

Contudo, Erikson (1976) assinala com satisfação que a conceitualização de ‘identidade’ conduziu também a uma série de investigações válidas, as quais, se não permitiram tornar mais claro o que é identidade, pelo menos provaram sua utilidade para a psicologia social, e permitiram retirar da palavra ‘crise’ a conotação de catástrofe

virgindade imposto pelos pais, mas reluta ante a ideia de se casar com uma mulher que não seja virgem. (...) O moratório está, portanto, exercitando um direito que lhe é socialmente dado de proteger suas escolhas, até que as opções se definam e sejam sentidas em consonância com seu ser” (RAPPAPORT, FIORI, DAVIS, 1982, p. 33).

⁶ Conceito de crise: “ (...) está implícita no conceito a ideia de uma etapa de desenvolvimento, com faixa etária relativamente definida, uma vez que constitui um modelo universal de desenvolvimento. Esta etapa do desenvolvimento é o momento em que o indivíduo está particularmente pronto para realizar uma aquisição; é quando esta aquisição poderá ser mais adequadamente estabelecida e também o momento em que as condições externas, em situação normal, mais a favorecem” (RAPPAPORT, FIORI, DAVIS, 1982, p.19).

iminente, que constituía obstáculo à compreensão do termo. Passa a ser aceito, então, segundo o autor:

[...] para designar um ponto decisivo e necessário, um momento crucial, quando o desenvolvimento tem de optar por uma ou outra direção, escolher este ou aquele rumo, mobilizando recursos de crescimento, recuperação e nova diferenciação. Isto é comprovadamente aplicável a muitas situações: a uma crise no desenvolvimento individual ou ao surgimento de uma nova elite, na terapia de um indivíduo ou nas tensões da rápida mudança histórica (p.14).

Erikson (1976) levanta a hipótese de que o termo ‘crise de identidade’ provavelmente foi utilizado pela primeira vez com finalidade clínica específica, durante a Segunda Guerra Mundial, na Clínica de Reabilitação de Veteranos do Monte Sion, onde se permitiu a psiquiatras de diferentes credos e filiações, como Emanuel Windholz e Joseph Wheelwright, trabalharem de forma harmoniosa em conjunto. A maioria dos seus pacientes da época não sofria de neuroses de guerra, nem simulava doença para fugir do serviço militar, mas pelas contingências da guerra havia perdido a noção de identidade pessoal e de continuidade histórica. Em outras palavras: “Eles tinham perdido, em grande parte, o controle central sobre si próprios, algo pelo que, no esquema psicanalítico, somente a ‘agência interna’ do ego podia ser responsabilizada” (ERIKSON, 1976, p.15).

Desde então, segundo Erikson (1976), se reconhece a existência do mesmo distúrbio central tanto em jovens portadores de graves conflitos, cujo sentimento de confusão gera uma guerra no próprio íntimo, como nos rebeldes desorientados e delinquentes destrutivos que guerrilham contra as suas próprias sociedades. Portanto, em todas essas situações, o termo “confusão de identidade” é revestido de certo significado diagnóstico que influenciará a avaliação e o tratamento de tais distúrbios.

Complementa o autor que, apesar da violência, da depressão, da delinquência ou do retraimento apresentados pelos jovens, trata-se de uma crise aguda e, provavelmente, transitória; portanto, não deve ser considerada sob um diagnóstico fatalista e com implicações malignas. E também como de costume, ao longo da história da psiquiatria psicanalítica,

[...] o que primeiramente se reconheceu como padrão dinâmico comum de um grupo de graves perturbações (à semelhança das histerias no começo do século) revelou-se, mais tarde, ser um agravamento patológico, um prolongamento indevido de uma crise normativa (ou uma regressão a essa crise), pertencente a um determinado estágio do desenvolvimento individual. Assim, aprendemos a atribuir uma crise de identidade normativa à idade da adolescência e começo do período adulto (ERIKSON, 1976, p.15).

Assim, a adolescência na abordagem eriksoniana tornou-se um período mais acentuado e consciente, na medida em que os progressos tecnológicos ampliam cada vez mais o intervalo entre vida escolar e acesso ao mercado de trabalho especializado,

tornando-se, em algumas culturas e em alguns períodos, um modo de vida entre a infância e a idade adulta.

Dessa forma, nos últimos anos de escolaridade, assediados pela revolução fisiológica de sua maturação genital e pela incerteza dos papéis adultos à sua frente, os adolescentes preocupam-se com tentativas mais ou menos excêntricas de estabelecimento de uma subcultura própria. Subcultura que se assemelha mais a uma formação de identidade final do que a uma formação de identidade transitória ou a uma formação da identidade inicial. (ERIKSON, 1976).

O autor, então, descreve os adolescentes da seguinte forma:

Eles se mostram morbidamente, por vezes curiosamente, quase sempre, preocupados com o que possam parecer aos olhos dos outros, em comparação com o que eles próprios julgam ser, e com a questão de como associar os papéis e aptidões cultivadas anteriormente aos protótipos ideais do dia. Em busca de um novo sentido de continuidade e uniformidade, que deve incluir agora a maturidade sexual, alguns adolescentes tiveram de enfrentar de novo as crises de anos anteriores antes de poderem instalar ídolos e ideais duradouros como guardiões de uma identidade final. Eles precisam, sobretudo, de uma moratória para a integração dos elementos de identidade atribuídos nas páginas precedentes às fases da infância; só que agora, uma unidade mais vasta indefinida em seus contornos e, no entanto, imediata em suas exigências, substitui o meio infantil: a sociedade (ERIKSON, 1976, p.129).

Se uma importante necessidade de confiança em si e nos outros for levada para a crise de identidade, o adolescente eriksoniano procurará com fervor homens e ideias em que possa ter fé, homens e ideias que se revelem dignos de confiança, a cujo serviço possa se consagrar. Ele precisa da fidelidade como uma força vital para o seu desenvolvimento. Paralelamente, o mesmo adolescente “receia um compromisso insensato, excessivamente confiante; e, paradoxalmente, expressará a sua necessidade de fé numa desconfiança sonora e cínica” (ERIKSON, 1976, p. 129).

Para Erikson, a identidade se configura em três áreas básicas: sexual, profissional e ideológica; geralmente, é a incapacidade de assumir a sua identidade ocupacional o que mais perturbará o jovem. Contudo, a resolução dos três níveis da identidade é que poderá conferir ao jovem a segurança para as etapas posteriores. Como explicam Rappaport, Fiori e Davis (1982): “(...) onde definido o que é, poderá se projetar como um realizador” (p.31).

E se estendermos “o jogo de formulações *eu sou*” (ERIKSON, 1976, p.31) para além da identidade, teremos de mudar de linguagem, pois agora o incremento da identidade baseia-se na fórmula: “nós somos o que amamos” (p.31).

Perspectiva Psicanalítica latino-americana da Adolescência – Síndrome da Adolescência Normal

Arminda Aberastury e Mauricio Knobel representam um marco histórico no estudo da adolescência dentro da perspectiva psicanalítica, na América Latina e, especialmente, no Brasil.

Mauricio Knobel, psicanalista argentino radicado no Brasil, na década de 1980, dedicou-se, segundo Rappaport, Fiori e Davis (1982), aos estudos sobre a adolescência e, particularmente, aos conflitos normais e patológicos estabelecidos nessa fase de desenvolvimento humano. Observou, várias vezes, em seus trabalhos clínicos, a existência de comportamentos externos, caracterizados como comportamentos anormais ou patológicos. Dentro da ótica interna do dinamismo pessoal, tais comportamentos fazem parte de um momento evolutivo e, portanto, devem ser considerados comuns.

Knobel parte das ideias de Arminda Aberastury – segundo as quais, paralelamente ao luto pela perda da estrutura infantil, desenvolve-se o conflito para se tornar adulto –, concluindo que não se pode chegar à maturidade antes da passagem por certo grau de conduta patológica, no qual se entrecruzam as relações da infância e as oportunidades e perspectivas da genitalidade.

Esses aspectos patológicos da conduta do adolescente foram sintetizados em um conjunto de sintomas ou características definidos como Síndrome da Adolescência Normal. São eles: busca de si mesmo e da identidade; tendência grupal; necessidade de intelectualizar e fantasiar; crises religiosas; desestruturação temporal; evolução sexual, desde o autoerotismo até a heterossexualidade; atitude social reivindicatória; contradições sucessivas em todas as manifestações de conduta; separação progressiva dos pais; e constantes flutuações de humor e de estado de ânimo.

A partir dos estudos de Stanley Hall, reforçados pela psicanálise e por Erikson, instalou-se uma concepção naturalista e universal sobre a adolescência (Ozella, 2000), a qual passou a ser compartilhada pelas ciências médicas e psicológicas, incorporada pela cultura ocidental e assimilada pelo homem comum, através dos meios de comunicação de massa. Naturalização, universalização, patologização da adolescência tornam-se objeto de estudos e debates de inúmeros autores como Climaco (1991), Santos (1996), Peres e Rosenberg (1998), Bock *et al*(2001), e o próprio Ozella, em três estudos diferentes (2000, 2001 e 2003). Ozella (2000), Bock e Liebesny (2003) afirmam que a tradição de considerar a adolescência uma fase crítica deveria ser mais bem discutida, e ilustram suas opiniões com resultados de pesquisas que já abordam tal questão.

Considerações Finais

Perguntas como “o que é ser jovem?”, “o que entendemos por juventude e adolescência?” são comuns a diversos estudos; no entanto, as respostas que fundamentarão diversas práticas profissionais e políticas de proteção e atendimento ao jovem serão sempre diferentes, de acordo com cada um dos múltiplos olhares lançados sobre esse fenômeno – A Adolescência – de caráter naturalizante e a-histórico ou de caráter mutável, decorrente das diferenças sociais, culturais e históricas.

Este artigo apresentou, assim, um breve retrato dos múltiplos olhares sobre a adolescência (pontos de referência e rupturas), desde a sua presença inicial na literatura, descrita por Dolto (1990), aos escritos sobre o efebo realizados pelos pioneiros da hebologia, até os mais recentes estudos. Todos são sobremaneira úteis para a discussão de um assunto de interesse nacional: a saúde do adolescente. O conhecimento das

teorias nos permite caracterizar e compreender as diversas modalidades de práticas institucionais.

Apesar do consenso entre determinadas linhas teóricas sobre a caracterização da adolescência como um período de transição, assinalado por mudanças físicas e cognitivas; pela construção de uma identidade nova; e pelo prolongamento do período de aprendizagem, com o intuito de inserção no mundo adulto – tal período de transição está ainda muito marcado por estereótipos que apenas caracterizam a síndrome normal da adolescência. Nessa transição, são apenas enfatizados aspectos como rebeldia, instabilidade afetiva, tendência grupal e outras marcas da adolescência.

Contudo, assim como Ozella (2003), também creio que o estabelecimento de novas formas de lidar com o fenômeno adolescência, deve superar a tentação de união entre velhos modelos e novos dados, contraditórios na maioria das vezes; superar propostas que ressaltem o caráter de crise, não representativo da maioria dos adolescentes; interligar o estudo da adolescência com o estudo de outras fases da vida, em processo contínuo, e não com interrupções radicais; e romper o caráter crítico e ritualista relativo a essa transição, a fim de fornecer conhecimento, habilidades e técnicas progressivas para que o próprio jovem possa compreender e assimilar suas mudanças.

Parafraseando Gonçalves (2003), só através do conhecimento sobre as concepções da adolescência predominantes em um meio social, teremos condições de discutir “em que medida existe espaço social para uma vivência e significação crítica ou para uma consolidação de realidades proclamadas” (p.43).

Acredito, como Gonçalves (2003), que a grande questão advinda do espaço social, para vivências e significações críticas, seria: quantos jovens e adolescentes conquistaram ou conquistarão a percepção de ser uma pessoa única, singular, incomparável, integrando-se ao mundo e se permitindo existir, realmente, como cidadão? Acrescento também: como, em que grau, e através de quais caminhos as necessidades da juventude estão sendo atendidas?

Outra questão tangente ao processo de reflexão sobre a adolescência: é absolutamente possível, que tenhamos jovens que não vivam a experiência da adolescência, embora os meios de comunicação de massa, em nossa sociedade, espalhem um modelo de adolescência dominante (típica de jovens burguês, branco e ocidental). Tal modelo se transforma em modelo de identificação para aqueles da mesma idade, do mesmo tamanho, que esperam acontecer com o seu corpo o mesmo que acontece com o corpo do outro – ainda que não tenham a mesma condição social nem as mesmas relações vividas. E então surge a adolescência “adaptada” à realidade social vivida por aquele grupo. (KAHHALE, 2003).

Bem, isto já é uma questão para o próximo artigo.

Referências

Abramo, H.W., Freitas, M.V.de., Sposito, M.P. (2002) *Juventude em debate*. São Paulo: Cortez.

- Ariés, P. (1981). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A.
- Bock, A.M.B., Liebesny, B. (2003) Quem eu quero ser quando crescer: um estudo sobre o projeto de vida de jovens de São Paulo. In: Ozella, S. (org). *Adolescências construídas: uma visão da psicologia sócio-histórica*.(pp. 203-222), São Paulo:Cortez.
- Brasil (2003) *Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº8069, de 13/07/90- Atual*. Rio de Janeiro: Fundação para a Infância e Adolescente, 128p.
- Cesar, M.R.A. *A invenção da adolescência no discurso psicopedagógico*.1999. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas,1999.
- Chalmers, A.F. (1994). *A Fabricação da ciência*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista.
- Dolto. F. (1990) *A causa dos adolescentes*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Erikson, E. H. (1976) *Identidade juventude e crise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Gonçalves, M.da G.M.(2003).Concepções de adolescência veiculadas pela mídia televisiva: um estudo das produções dirigidas aos jovens. In: OZELLA, S. (org) *Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica*. (pp.41-68). São Paulo: Cortez.
- Grinder, R. E.; Strickland, CH. E.(1968). A Significação Social da Obra de G. S. HALL. In: Brito, S. (org) *Sociologia da juventude I – da Europa de Marx à América Latina de hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Kahhale, E.M.S.P. (2003). Gravidez na Adolescência: orientação materna no pré-natal. In: Ozella, S. (org) *Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica*. (pp.91-104) São Paulo: Cortez.
- Laplanche, J., Pontalis, J.B. (1983). *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- Martins, H.H.T.S. (2002). A juventude no contexto da reestruturação produtiva. In: Abramo, H.W.; Freitas, M.V.de; Sposito, M.P.. *Juventude em debate*. (pp.17-42) São Paulo: Cortez.
- Offer, D., Boxer, A.N. (1995) O desenvolvimento normal do adolescente: descobertas de pesquisas empíricas. In: Lewis, M.. *Tratado de psiquiatria da infância e da adolescência*.(pp.283-296). Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- Ozella, S. (out 2000). Discutindo a concepção dos profissionais da psicologia sobre a adolescência. In: *XXVIII Reunião Anual de Psicologia da Sociedade Brasileira de Psicologia – SBP*. (pp.1-11). Ribeirão Preto: USP.
- _____. (2003). A adolescência e os psicólogos: a concepção e a prática dos profissionais. In: Ozella, S. (org) *Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica*. (pp.17-40). São Paulo: Cortez.
- Perrot, M.(1996). A juventude operária. Da oficina à fábrica. In: Levi, G.; Schmitt, J. (orgs). *História dos jovens 2: a época contemporânea*.(pp.83-136) São Paulo: Companhia das Letras.
- Rappaport, C.R.; Fiori, W.R.; Davis, C. (1981). *Psicologia do Desenvolvimento: a Idade escolar e a adolescência*. São Paulo: EPU.

- Takiuti, A.D. (1997). A saúde da mulher adolescente. In: Madeira, F.R. *Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescente pobres no Brasil*. (pp.211-289) Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Winnicott, D.C. (1980). *A família e o desenvolvimento do indivíduo*. Belo Horizonte: Interlivros.
- Yates, A. (1995) Sexualidade Infantil. In: LEWIS, M. *Tratado de psiquiatria da infância e da adolescência*. (pp.212-231). Porto Alegre: Artes Médicas.

Submetido em julho de 2013

Aceito em agosto de 2013